

Por Jorge Roberto Wahl

“Esse é um evento da nata da poupança de longo prazo”. Essas foram as primeiras palavras do economista Gustavo Loyola, sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada e ex-Presidente do Banco Central, ao abrir a Plenária 1 do 41º Congresso Brasileiro de Previdência Privada (CBPP), dedicado ao tema “O Brasil e o Mundo Pós-Covid: Desafios Econômicos e Sociais”, mediado pela jornalista Mara Luquet. O detalhe é que ele e os demais expositores voltaram por diversas vezes a essa que é uma temática cara à nossa vertente fechada da previdência privada.

O Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco Leal, por exemplo, deixou claro que o regime de capitalização continua sendo um projeto acalentado pelo Governo, adicionado de uma maciça educação financeira e previdenciária para que os brasileiros entendam a importância da acumulação de reservas para a sua aposentadoria e para o investimento na atividade econômica, enquanto o também economista e igualmente ex-Presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, sublinhava a necessidade de as instituições financeiras virem a contribuir para essa missão educativa.

Caso a capitalização deixe de ser um desejo para voltar ao centro das estratégias do Governo, adiantou Bruno Bianco, virá com certeza acompanhada do estabelecimento de um benefício mínimo, atraindo assim uma maior aceitação popular. Nesse ponto Loyola notou o quanto o regime de acumulação de reservas individuais combina com o cada vez maior entendimento por parte da sociedade de que garantir a aposentadoria é também uma tarefa dos indivíduos e não mais uma responsabilidade apenas do Estado. “No lugar de apenas proteger os mais vulneráveis através de programas de transferência de renda, o Brasil deve empoderar os brasileiros”, resumiu Loyola. Nesse ponto Goldfajn completou: “e uma forma importante de fazer isso é através da disseminação da educação financeira e previdenciária”.

Exemplo asiático – O sucesso dos países asiáticos, prosseguiu Goldfajn, deixa evidente o peso da contribuição da educação não apenas para a produtividade e a economia de modo geral, mas também para a redução da desigualdade e até para o desenvolvimento de atitudes que ajudam as sociedades a diminuir os efeitos de uma pandemia como a enfrentada nesse momento.

Nessa mesma direção, Bruno Bianco sublinhou o acerto das políticas desenvolvidas pelo Governo no sentido de fortalecer a sociedade diante da pandemia do Covid-19 e das profundas mudanças no mercado de trabalho. “Conseguimos preservar empregos e empresas e a economia está em uma trajetória de recuperação.”, disse, apresentando números que comprovam isso e acrescentando que o maior desafio agora é ajustar a seguridade brasileira a um novo modelo em que o vínculo empregatício perde força.

Proteção e treinamento – Os obstáculos enfrentados pelo Governo tendem a ser maiores considerando características difíceis de combinar. De um lado, as pessoas inclinam-se a mostrar uma baixa qualificação para o emprego, enquanto de outro lado é alto o custo da contratação pelo empregador. Diante disso, as políticas públicas em andamento buscam não só proteger, por meio de programas de transferência de renda, como treinar o trabalhador para elevar a sua qualificação e ao mesmo tempo em que as autoridades e as lideranças políticas estudam novas formas de contratação.

Tudo isso demanda o avanço das reformas estruturantes na agenda política e a importância disso foi sublinhada pelos três expositores, que viram aí algo absolutamente essencial na construção de uma estabilidade macroeconômica que permita ao País superar os atuais obstáculos. Leal celebrou o sucesso da reforma paramétrica aprovada há 1 ano na Previdência e mostrou simpatia por uma outra, agora mais estrutural, no futuro.

Além do apoio ao avanço das reformas, uma outra unanimidade manifestada pelos expositores foi no sentido do reconhecimento do retorno da atividade econômica, uma tendência de recuperação

que, entretanto, o País terá dificuldades em manter. Ainda que a jornalista Mara Luquet, moderadora no painel, tenha visto em Loyola sinais de um maior otimismo. Ele mais ou menos confirmou, mas foi taxativo: “o Brasil pode sim vencer os desafios, mas não será uma tarefa fácil”. Conspiram contra essa facilidade os exíguos limites fiscais, uma vez que a dívida pública já beira os 100% do PIB e, por conseguinte, as dificuldades que o Governo enfrenta para dar continuidade ao pagamento do auxílio emergencial, algo que tende a frear a atividade econômica.

Vacina é o que mais importa – Mais importante ainda, porém, no entender de Goldfajn, é a efetiva disponibilidade de uma vacina contra o Covid-19, pois esse é a seu ver o fator mais determinante a impactar a economia. “Se as vacinas não demorarem a chegar, a recuperação da economia irá se manter, até mesmo um pouco independentemente do pagamento do auxílio emergencial”, sentenciou.

Para ele, uma vacinação mais ampla e a competência maior ou menor na gestão da dívida pública é que serão determinantes para a continuidade do atual movimento de recuperação da economia brasileira. O desafio é grande porque, na sua opinião, o País gastou provavelmente em excesso e agora precisa colocar ordem na casa.

Fonte: Abrapp em Foco, em 17.11.2020